

DE UNIÕES PREMATURAS

Esforço conjugado permite resgate de 9904 raparigas

Notícias - Cidade de Nampula, 20.12.2019, Pág.07, ed 39860

PELO menos 9904 raparigas menores de 18 anos de idade foram identificadas e resgatadas de uniões prematuras nos últimos nove meses em todo o país, num esforço conjugado entre o Governo, líderes tradicionais e organizações da sociedade civil.

Esta informação foi tornada pública ontem, em Maputo, por Angélica Magaia, directora nacional da Criança, no Ministério do Género, Criança e Acção Social, no fórum de divulgação da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras.

Magaia disse que Dezembro marcou o fim de um período de implementação da primeira Estratégia Nacional de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras. Este período foi marcado por avanços, de que se destaca o resgate de 9904 raparigas, das quais 4882 foram reintegradas na escola.

A dirigente explicou que algumas destas meninas estavam grávidas e outras com bebés ao colo, mas graças ao trabalho coordenado elas conseguiram retornar à escola e à vida normal, enquanto crianças.

A directora nacional disse ainda que durante este período foi prestado apoio social a 3162 crianças, das quais 2186 são raparigas e 976 rapazes, todas vítimas de violência.

“No mesmo período, à luz da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, conseguimos 40 bolsas de estudos para o mesmo número de raparigas”, disse, sem especificar para que níveis



Participantes do fórum de divulgação da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras

foram as bolsas concedidas. Indicou que, com esta acção, o Governo acredita ter conseguido aumentar oportunidades de formação e de melhor orientação de vida destas raparigas.

O Executivo destaca, durante os nove meses, a implementação de programas de assistência social que hoje beneficiam 540 mil agregados familiares.

Angélica Magaia fez saber ainda que 129 casos ligados às uniões prematuras foram encaminhados e atendidos nos gabinetes de atendimento a famílias e menores vítimas de violência.

“Acreditamos que esta lei irá contribuir para uma maior

protecção da rapariga e prevenção de novos casos e melhorar o seguimento das uniões já consumadas”, disse.

Apesar dos avanços conseguidos, o país continua a registar um índice elevado de gravidezes na adolescência, havendo a necessidade de reforçar medidas de prevenção e assegurar a sua permanência na escola, o acesso a serviços de cuidados sexual e reprodutivos e o empoderamento económico das raparigas, principalmente nas zonas rurais.

Os representantes da Fundação MASC, do UNICEF e do Alto Comissariado do Canadá, que falaram na cerimó-

nia, apontaram a divulgação e implementação da lei como grande desafio e a falta de opções das raparigas que queiram abandonar as uniões prematuras e retornar à escola.

Participaram no encontro líderes tradicionais das províncias de Niassa, Nampula, Sofala, Gaza e Maputo, com experiências de resgate de raparigas das uniões prematuras e reintegração à escola.

Thereza Katchingamoto, líder tradicional do Malawi, foi a convidada especial do encontro. Ela é considerada uma “champion” pelo facto de ter retirado mais de 800 raparigas das uniões prematuras no seu país.